GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM MUNICÍPIOS SERGIPANOS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Gecasia Maria da Costa
* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, gecasia.costa@ifma.edu.br

RESUMO
A gestão dos resíduos sólidos urbanos é competência das administrações públicas municipais. Não se trata de tarefa simples, rápida e muito menos barata, entretanto quando aliada a outros segmentos e compartilhada por diversos municípios, pode apresentar resultados mais rápidos e satisfatórios. É o caso da gestão compartilhada de resíduos sólidos. A realização de parcerias com associações e ou cooperativas de catadores, a iniciativa privada apresenta uma sustentabilidade maior e os ganhos são ambientais, sociais, e mesmo financeiros. Este artigo objetivou apresentar os desafios e a possibilidades da gestão compartilhada de resíduos sólidos nos municípios da Região Sul de Sergipe desenvolvida pelo executivo municipal de cada um dos municípios participantes, juntamente a grupos de catadores legalmente constituídos e organizados. Constatou-se que apesar dos municípios terem formalizado um consórcio público para a gestão dos resíduos sólidos, o mesmo ainda não se concretizou devido as diversas dificuldades que os gestores encontram, desde a formação de equipe técnica adequada, a divisão de custos e a formação. Enquanto isso, os municípios continuam com uma gestão inadequada dos resíduos sólidos, através dos lixões a céu aberto.

PALAVRAS-CHAVE: resíduos sólidos, compartilhada, lixões, consórcio.

ABSTRACT
The management of solid urban waste is the responsibility of municipal public administrations. It is not a simple, quick and much less expensive task, however, when allied to other segments and shared by several municipalities, it can present faster and more satisfactory results. This is the case of shared solid waste management. Partnering with associations and / or cooperatives of collectors, the private initiative has a greater sustainability and the gains are environmental, social, and even financial. This article aims to present the challenges and possibilities of shared solid waste management in the municipalities of the Southern Region of Sergipe developed by the municipal executive of each of the participating municipalities, together with groups of legally constituted and organized collectors. It was found that although the municipalities have formalized a public consortium for the management of solid waste, this has not yet materialized due to the various difficulties that managers encounter, from the formation of adequate technical staff, cost sharing and training. In the meantime, municipalities continue to have inadequate management of solid waste through open dumps.

KEY WORDS: solid waste, shared, dumps, consortium.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as questões relativas ao meio ambiente têm sido cada vez mais abordadas. A propagação do conhecimento pela mídia e pelos meios acadêmicos tem trazido informações para a sociedade que evidenciam as consequências desastrosas, provenientes da utilização insensata dos recursos naturais pelo homem, comprometendo assim a sustentabilidade do sistema. Tais consequências podem ser evidenciadas pela sociedade em geral, principalmente no que concerne a problemática da gestão inadequada dos resíduos sólidos.

Assim, faz sentido destacar a importância da gestão ambiental compartilhada de resíduos sólidos, a qual está inserida em dois grandes marcos normativos: o artigo 225 da Constituição Federal que incumbe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, e atribui igual competência à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e a Lei 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos. Além de instituir a gestão compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pós-consumo e pós-consumo.

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar a viabilidade da gestão ambiental compartilhada de resíduos sólidos e sua interação com a municipalização no Estado de Sergipe, tendo como área de estudo a região centro-sul do Estado.

O Estado de Sergipe é formado por 75 municípios, dos quais nenhum possui uma gestão ambiental adequada de resíduos sólidos. Vale destacar que todos utilizam como local de despejo o lixão que muitas vezes ficam em uma localidade bem próxima as residências. Ademais desde o ano de 2010 houve uma capacitação através do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais – PNC, através da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH/SE, para todos os representantes das prefeituras municipais a fim de prepará-los para realizar a Gestão Ambiental Compartilhada de Resíduos Sólidos. No entanto é sabido que capacitar-se não é o único desafio encontrado para a municipalidade quanto a gestão ambiental compartilhada dos resíduos sólidos. Há diversas controvérsias no que tange a definição dos interesses. Como exemplos têm o próprio Estado de Sergipe que após sua capacitação, ainda não possui um número significativo de municípios realizando a Gestão Ambiental Compartilhada de Resíduos Sólidos.
Diante do exposto, esse trabalho resulta em uma necessidade concreta a fim de estudar e demonstrar a importância da atuação dos Municípios no processo de Gestão Ambiental Compartilhada de Resíduos Sólidos. Assim foram apresentadas as seguintes questões de pesquisa: a) Como tem sido a gestão ambiental dos resíduos sólidos nos municípios sergipanos? Quais os maiores obstáculos encontrados pelos mesmos para implementação da gestão compartilhada dos resíduos? Qual a importância de superá-los? Qual a viabilidade de se efetivar uma gestão ambiental compartilhada nos municípios de Sergipe.
Trata-se de uma pesquisa de caráter interdisciplinar visto que na gestão ambiental compartilhada deve haver uma cooperação entre os diversos conhecimentos, que possam resultar em uma contribuição efetiva para a sociedade, assim foram trabalhadas ações que visem à integração dos aspectos sociais, econômicos e ambientais, a fim de evitar-se a fragmentação do sistema. Pois o sucesso da materialização da gestão ambiental compartilhada se dá, simplesmente, com o exercício da cidadania ambiental.

OBJETIVOS

Esse trabalho teve como objetivo geral analisar a viabilidade da Gestão Ambiental Compartilhada de Resíduos Sólidos e sua interação com a municipalização no Estado de Sergipe. Bem como objetivos específicos: elaborar o diagnóstico dos municípios por meio de análise: ambiental, socioeconômica, territorial e política; analisar quais os municípios da região estudada que possuem sistema de gestão ambiental de resíduos sólidos e identificar as maiores dificuldades encontradas pelos municípios no que tange ao compartilhamento da gestão compartilhada dos resíduos sólidos.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo foi realizada nos municípios da região Sul de Sergipe. Segundo dados da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAG, (SERGIPE, 2008), o território está localizado no Sul Sergipano. De acordo com a Lei nº 2.607 de 24 de dezembro de 1986, a qual estabelece a região Sul Sergipana, a mesma é formada por onze municípios, sendo eles: Salgado, Boquim, Pedrinhas, Estância, Arauá, Itabaianinha, Tomar do Geru, Umbaúba, Santa Luzia do Itanhy, Cristinápolis e Indiaroba. Ocupa uma área de 3.130,99 km². O território possui uma densidade demográfica de 77,06 hab/Km² e um IDH municipal que varia entre 0,545 e 0,672 (PNUD, 2008).
Segundo Lopes (2001), a metodologia é uma das etapas mais importantes na pesquisa científica, pois a partir dela, é possível compreender e ampliar a análise crítica do pesquisador em relação não somente ao produto da pesquisa, mas ao próprio processo científico realizado.
Para Ander-Egg (1978, p. 28), a pesquisa "é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento". Dessa forma, a pesquisa, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para comprovar as hipóteses levantadas (MARCONI E LAKATOS, 2011). Diante desse contexto, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, deram o norte a ser percorrido para que pudéssemos atingir os objetivos propostos.
Enquanto para Popper apud Lakatos (2010, p.180) a pesquisa científica parte-se do surgimento de um problema, o qual vai suscitar a pesquisa. A partir deste será possível delimitar o que é irrelevante ou relevante observar, no entanto, para essa delimitação é preciso haver uma conjectura ou hipótese fundamentada, a qual servirá de guia para o pesquisador.
A metodologia aplicada a esse trabalho, caracteriza-se de natureza quanti-qualitativa, em face de não apenas permitir mensurar os resultados, mas ainda detalhar a complexidade do problema, uma vez que pretende-se levar em consideração os possíveis componentes da situação em suas interações e influências. Segundo Diehl (2004), a pesquisa quantitativa, utiliza-se de técnicas estatísticas, a fim de se obter resultados precisos e evitar distorções das interpretações, enquanto que a pesquisa qualitativa, descreve a complexidade do problema, a fim de oferecer uma compreensão e classificação dos fatores dinâmicos contribuintes do problema e assim contribuir para um possível processo de mudança.
O método adotado nesta pesquisa é o hipotético-dedutivo, o qual se inicia por percepção da qual formula uma hipótese, e pelo processo de inferência dedutiva (MARCONI E LAKATOS, 2010), testa a predição abrangidos pela hipótese. Segundo Popper apud Lakatos (2010), o método científico parte de um problema, ao qual se oferece uma espécie de solução provisória, uma teoria-tentativa, passando-se depois a criticar a solução, com vista a eliminação do erro ou ao surgimento de novos problemas.

Dessa forma, a fim de se atingir os objetivos propostos, a metodologia utilizada para efetivação deste trabalho seguiu um processo metodológico, de forma que os diversos métodos se urdiram na busca de um denominador comum.
A fim de obter as respostas para os objetivos propostos nesta pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de pesquisa:
a) Pesquisa Bibliográfica: Teses, livros, periódicos, dissertações, monografias, revistas científicas, páginas eletrônicas.
b) Pesquisa Documental: Fontes primárias - Decretos, programas federais, leis, levantamento em bancos de dados existentes, como no IBGE, Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), SEPLAG, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), Órgãos ambientais locais e Prefeituras dos municípios estudados, etc.
c) Pesquisa de Campo realizada nas cidades da Região Sul de Sergipe.
Para este trabalho a coleta de dados constituiu-se de vários aspectos: observação sistemática, visita aos municípios, registros fotográficos, aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, entrevistas semiestruturadas e gravadas, visto que esta possui como uma de suas principais características a liberdade de se construir um diálogo a partir de novas perguntas que possam surgir no decorrer da entrevista.
Participaram da pesquisa o Secretário Estadual de Meio Ambiente, secretários municipais ou diretores do departamento de Meio Ambiente de cada um dos onze municípios pesquisados, além dos conselheiros de Meio Ambiente dos municípios de Umbaúba, Itabaianinha e Estância, visto que somente esses dois possuem Conselho Municipal de Meio Ambiente.
No total foram aplicados vinte e cinco (24) questionários, onze (11) questionários direcionados aos gestores, um (1) para o Secretário Estadual de Meio Ambiente, um (1) para a diretoria da Administração Estadual de Meio Ambiente e onze (11) para secretários ou representantes do departamento de Meio Ambiente dos municípios. Ressaltando que quatro (04) foram registradas com gravações para que pudéssemos utilizar os aspectos significativos da fala dos entrevistados e utilizá-los como citação.
Segundo Silva (2006, p. 57), a pesquisa de campo "consiste na coleta direta de informação no local em que acontecem os fenômenos; é aquela que se realiza fora do laboratório, no próprio terreno das ocorrências".
Com base nisso, o trabalho de campo utilizou-se como instrumento de pesquisa uma entrevista semiestruturada a fim de se obter informações sobre a Política Municipal de Resíduos Sólidos, acompanhamento do gerenciamento de resíduos sólidos, bem como as maiores dificuldades encontradas pelos gestores em implantar uma gestão de resíduos sólidos municipal eficiente em seus municípios e a viabilidade de realização de um consórcio público para a gestão dos resíduos sólidos.
As entrevistas foram estruturadas de forma que possibilitasse atender os objetivos da pesquisa e fazer o levantamento de informações relevantes acerca da gestão ambiental municipal.
Visando garantir que todos os direitos dos sujeitos da pesquisa fossem respeitados, foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido, em duas vias, que descrevia a finalidade e objeto da mesma, o qual foi assinado pelos entrevistados na pesquisa, ficando uma cópia em seu poder.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A partir das informações obtidas neste estudo, foi possível identificar os problemas e perspectivas da Política de Resíduos Sólidos no âmbito municipal no Estado de Sergipe, em especial na Região Sul de Sergipe, objeto deste estudo, em vista da sua importância não somente ambiental como também econômica e política para o estado. Desse modo, a partir dos resultados obtidos permite-se perceber a complexidade e o grande desafio que se tem de estruturar os pequenos municípios.
Após um processo de discussão e coleta de informações com os diversos atores envolvidos na gestão ambiental municipal, entre eles, gestores, conselheiros e demais funcionários, pode-se chegar a algumas conclusões e recomendações.
Mesmo com os avanços na Política de Resíduos Sólidos ocorridos nos últimos anos. Principalmente porque desde o ano de 2014 ter sido formalizado um Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos constituído pelos municípios da Região Sul e Centro-Sul de Sergipe, ainda há diversas lacunas que comprometem a capacidade dos municípios efetivarem a sua Política Municipal de Resíduos Sólidos e consequentemente haver um avanço maior na gestão dos resíduos sólidos municipais.
Embora o Estado tivesse patrocinado o Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos e tivesse ocorrido a capacitação dos gestores no ano de 2009, não houve uma continuidade dessa proposta, como ocorreu no Estado do Paraná em que o próprio Estado criou o seu Programa Estadual de Capacitação de Gestores Ambientais, auxiliando e estimulando os municípios paranaenses a implementar o seu Plano Municipal de Meio Ambiente e consequentemente estar realizando o gestão integrada de resíduos sólidos, seja através do compartilhamento entre os municípios ou sozinhos.
Entre um dos maiores obstáculos apontados pelos gestores está a falta de recursos financeiros dos municípios para efetivação da gestão ambiental municipal. No entanto, mesmo diante desses problemas que se agravam com a crise econômica, o Estado juntamente com os municípios precisam propor políticas públicas e encontrar soluções para a gestão ambiental compartilhada de resíduos sólidos entre os municípios, a fim de construírem cidades mais sustentáveis e consequentemente promoverem uma melhor qualidade de vida

Observa-se que aliado a isso há uma falta de conscientização da importância do tratamento das questões ambientais no município, bem como do papel do mesmo junto às outras esferas do Poder Público, uma vez que Estados, Municípios, Distrito Federal e União são sujeito ativos da Política Nacional de Meio Ambiente.
Infelizmente, muitos gestores ainda não possuem essa consciência de que a partir da Constituição de 1988, o município obteve mais obrigações e mais competências de atuação.
Desse modo, é preciso que primeiramente haja a conscientização do gestor municipal, que o mesmo tenha ciência que políticas ambientais podem ser um elemento de melhoria, não somente em relação ao meio ambiente, como também de suas imagens públicas. Aliado a isso, é necessário que haja estrutura com pessoal competente para execução de suas tarefas e quando não há deve-se encontrar soluções para montá-las. Ademais, é preciso que a população também seja consciente, que sejam participantes nas formulações e nas deliberações, que afinal são ações que resultarão em uma melhor qualidade de vida para todos os cidadãos.
É preciso buscar novas alternativas de efetivação da Gestão Ambiental nos Municípios, principalmente para a realização da gestão compartilhada de Resíduos Sólidos. Existem diversas formas compartilhamento da gestão de resíduos sólidos no Brasil, desde os consórcios públicos ao investimento em capacitação e estruturação dos municípios para que estes estejam aptos a realizarem uma gestão integrada de resíduos sólidos com coleta seletiva eficiente, reciclagem, associação de catadores e disposição final adequada dos resíduos que não são recicláveis.
No modelo proposto pelos consórcios públicos, cada município contribuiria para a manutenção do consórcio, sendo que seria escolhido aquele que tivesse a melhor área para implantação de um aterro sanitário, no entanto em relação ao Plano Intermunicipal dos municípios da região sul e centro-sul do Estado não foi construído nenhum aterro devido a falta de investimento dos municípios, bem como a falta de equipe técnica disponível nos municípios, não há um investimento prático na estruturação dos municípios para realização do gestão dos resíduos sólidos, apenas um Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos que até o momento não foi colocado em prática.
Desse modo, a partir do exposto, e do estudo realizado na região Sul do Estado de Sergipe é que se traz como proposta de compartilhamento da gestão ambiental políticas públicas estaduais e federais para estimular os municípios a se organizarem sob forma de cooperação técnica para a realização eficiente da gestão compartilhada dos resíduos sólidos através do consórcio público.
Quanto ao termo de cooperação técnica para a gestão dos resíduos sólidos, refere-se somente ao compartilhamento de técnicos entre esses municípios para realizarem uma eficiente gestão, impondo responsabilidade a todos os municípios participantes de arcar com os custos de cada técnico e assim promover uma melhoria na proteção do meio ambiente desses municípios e uma maior otimização dos trabalhos.
Em relação ao consórcio público, aqueles municípios que não tinham como estruturar-se de forma individual para realizar o licenciamento ambiental se organizaram na forma de consórcio para solucionar o problema comum a todos daquela região e o resultado não foi somente ambiental como também econômico, visto que fortaleceu as ações ambientais e viabilizou a sua concretização, inclusive ficou muito mais fácil para os municípios adquirirem recursos estaduais e federais através do consórcio.
Como resultado ter-se-á uma região mais comprometida com o meio ambiente, uma fiscalização maior das atividades ambientais, o estado não ficaria sobrecarregado, visto que não seria responsável sozinho, e ainda o município não perderia sua competência, visto que não se trata de uma transferência de responsabilidade, mas sim uma cooperação entre os municípios para a solução do problema da gestão ambiental municipal.
Desse modo, espera-se que diante das fragilidades encontradas pelos municípios para efetivação da gestão do meio ambiente, principalmente dos resíduos sólidos da Região Sul de Sergipe, possibilite que os gestores municipais juntamente com o Estado possam fortalecer a idéia, por meio de uma efetiva cooperação técnica entre os mesmos e de iniciativas que promovam a conscientização dos gestores da importância do meio ambiente sustentável, , bem como a participação dos cidadãos nas questões ambientais, através dos conselhos municipais de meio ambiente e também dos trabalhos de educação ambiental.
Ademais, é preciso mais que formalizar ações e sim coloca-las em práticas, Como visto, os municípios já possuem formalizado um Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos, no entanto, ações efetivas desse plano ainda não foram concretizadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, Constituição da Republica Federativa do Brasil. De 1988. Disponivel no site:< http://www.planalto.gov.br. Acesso em 27.09.2016>.

2. BRASIL. Lei nº 12.305 de 02/08/2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2010.

3. CARVALHO, P. G. M. de. Gestão local e meio ambiente. In: II Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS. Campinas, SP, 26 a 29 de maio de 2004.

4. IBAMA. Política Nacional do Meio ambiente. Caderno de Formação Volume 1. Ministério do Meio Ambiente – Brasília: MMA, 2006.

5. LAKATOS, E .M.; MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006. 289 p.

6. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 306p.

7. REVEILLEAU, Ana Célia Alves de Azevedo. Gestão Compartilhada de Resíduos Sólidos e a Proteção ambiental: uma abordagem jurídica da responsabilidade socioambiental/ Ana Célia Alves de Azevedo Reveilleau – Erechim, RS: Habilis, 2008.